

**AO ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ
DAS PALMEIRAS, ESTADO DO PARANÁ**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2022

**CEBRADE – CENTRAL BRASILEIRA DE
ESTÁGIO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob
o nº. 10.347.576/0001-83, por intermédio de seu representante legal abaixo
assinado, vem à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no § 2º, do
art. 41, da Lei nº 8666/93, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Com base nos fatos e fundamentos a seguir:

**I – DA TEMPESTIVIDADE DA APRESENTAÇÃO
DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

O edital é passível de impugnação pelos licitantes no prazo de até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a realização do certame, conforme art. 41, § 2º da Lei 8666/93 e item 15.1 do edital em comento, portanto a impugnação é tempestiva.

Isto posto, após ser tempestivamente recebida e apreciada pelo pregoeiro e sua equipe de apoio, seja admitida, dentro dos limites legais, reconhecida e atendida ao que se pede, julgando procedente esta impugnação, para escoimar os vícios do edital.

II- DOS FATOS

Trata-se de Licitação na Modalidade **PREGÃO**, na forma eletrônica, do tipo “**Menor Percentual de Taxa Administrativa – menor Preço por LOTE**”, objetivando a contratação de Empresa/Entidade para seleção e intermediação do Programa de Incentivo ao Estágio Remunerado no Município de São José das Palmeiras, de acordo com as especificações constantes do edital do referido Pregão nº 25/2022.

A sessão de abertura e julgamentos das propostas do pregão, na forma eletrônica, ocorrerá no dia 27/06/2022 às 08h40min, via sistema da Bolsa de Licitações e Leilões -BLL.

A empresa impugnante tendo interesse em participar da referida licitação, realizou a análise do edital para verificar as condições de sua participação e se deparou com exigência incompatível com a legislação e as jurisprudências dos Nossos Tribunais.

III – DA ILEGALIDADE DO EDITAL

O Edital publicado contém flagrante ilegalidade, haja vista que restringe totalmente a participação de empresas ao exigir posto de atendimento ou escritório de representação numa distância máxima de 50 km do Município, senão vejamos:

Consta no item 28 – OBRIGAÇÕES DAS PARTES, subitem 28.6.4, a seguinte exigência:

28.6.4 - Possuir posto de atendimento ou escritório de representação numa distância máxima de 50 km deste Município, durante toda a vigência do contrato, em condições de oferecer atendimento aos estudantes, desde o recebimento da documentação necessária para emissão do contrato, e o acompanhamento do estágio e o respectivo desligamento.

A Lei de Licitações nº 8666/93 é clara em seu artigo 3º, quando estabelece os princípios basilares dos certames:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e

será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos". (grifo nosso)

Corroborar-se a aplicação de tais princípios, a decisão do Superior Tribunal de Justiça:

"É certo que não pode a Administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações (...)". (Superior Tribunal de Justiça, RESP 474781/DF, Relator Min. Franciulli Netto, DJ de 12/05/2003).

Com efeito, no edital em tela, a exigência de unidade de atendimento numa distância máxima de 50 Km do Município de São José das Palmeiras, revela situação que merece urgente reparo, pois, tal exigência cria óbice à própria realização da disputa, ensejando a falta de isonomia e contrariando os princípios basilares da administração pública, portanto, há evidente ilegalidade.

Neste aspecto, tem-se o parágrafo 1º, inciso I, do art. 3º da Lei 8666/93:

§ 1º É vedado ao agente público:

I- admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. (grifo nosso)

Ora, a norma é bem clara e utiliza sete verbos (admitir, prever, incluir, tolerar, comprometer, restringir e frustrar) para afastar completamente qualquer possibilidade de afetação na competitividade do certame licitatório.

É congruente ao disposto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal:

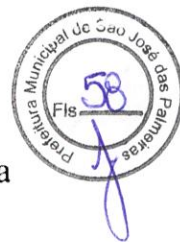
“O processo de licitação pública somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.” (grifo nosso).

Destarte, entende-se que os requisitos de habilitação devem ser demandados de tal maneira que seja possível presumir-se, com



CEBRADE
CENTRAL BRASILEIRA DE ESTÁGIO

eficiência e sem restrições, a capacidade e idoneidade do licitante para executar o futuro contrato.



Compreende-se que em determinados objetos é indispensável à exigência do local da prestação do serviço para a execução e satisfação do contrato, sendo necessário por razões técnicas e econômicas, como a título exemplificativo: a necessária localidade para os postos que fornecem combustíveis aos órgãos públicos.

Todavia, o objeto licitado (Administração de Programa de Estágio) não tem como requisito indispensável a existência de escritório em determinado local, tanto que atualmente muitos órgãos públicos têm desfrutado plenamente dos serviços de integração de estágios, onde os prazos e obrigações estabelecidas são cumpridas fielmente, de modo que há um escritório físico em outra localidade, e os serviços são realizados de maneira remota e online.

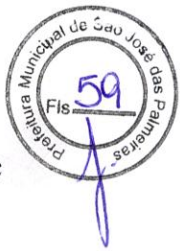
Salienta-se que a Impugnante, possui um eficiente sistema de administração para o gerenciamento de programa de estágio, totalmente informatizado, através do site www.cebrade.com.br, que contempla todas as ferramentas necessárias para a execução do objeto com agilidade, rapidez e segurança.

A Impugnada, sem qualquer motivo justificável, está excluindo um universo de agentes de integração, situados em outras localidades, que possuem estrutura tecnológica necessária para prestar os serviços à distância, via internet. Assim sendo, não há razão para a Administração Pública, que tem como fundamento principal a obtenção da



CEBRADE
CENTRAL BRASILEIRA DE ESTÁGIO

proposta mais vantajosa, criar critérios e restrições desnecessárias que podem impedir a ampla concorrência e a igualdade entre os participantes.



O Tribunal de Contas da União já estabeleceu entendimento quanto a realização dos serviços de estágio de modo virtual, pois assim, o edital atenderia o princípio da isonomia, consoante Acórdão TCU, 2ª Câmara – nº 8192/2017:

“a contratação de agências virtuais de estágio não é vedada pela Lei 11.788/2008 e que a previsão dessa possibilidade em Edital se coaduna com o princípio da isonomia e possibilita a ampliação do nível concorrência do certame, de acordo com o art. 3 da Lei 8666/93”. (grifo nosso).

Ainda, a exigência do edital fere o disposto no art. 3º, §1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993”, em analogia, cabe análise do Acórdão, TCU - nº 6798/2012:

“A exigência de loja física em determinada localidade para prestação de serviços de agenciamento de viagens, com exclusão da possibilidade de prestação desses serviços por meio de agência de virtual, afronta o disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993”. 1ª Câmara, TC-011.879/2012-2, rel. Min. José Múcio Monteiro, 8.11.2012)

Ainda, temos o Acórdão TCU, 1ª Câmara - nº 1951/2018, o qual foi compreendido pela Turma que não há razões técnicas

Este documento foi assinado digitalmente por Nelson Da Silva Vinícius.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldetransparncia.com.br/443> e utilize o código 0BE3-73D6-997F-69D9.

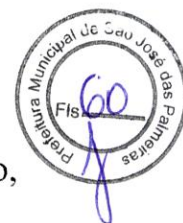
42 **3622-4425 | 3035-3624 | 3035-3625**

Rua Saldanha Marinho, 1465 - Centro - Guarapuava - PR
cebrade_atendimento@hotmail.com



CEBRADE
CENTRAL BRASILEIRA DE ESTÁGIO

que justifiquem a imposição de escritório local para o objeto lícitado, vejamos:



"(...) b.1) ausência de estudos técnicos que justifiquem as alegações de que as agências virtuais restringiriam o acesso dos estudantes às oportunidades de estágio devido às condições de acesso à internet, em sentido contrário as outras políticas, a exemplo do ENEM, cujas inscrições são realizadas exclusivamente online, assim, como implicariam maiores custos aos estudantes em relação ao contato presencial, o que estaria em desacordo com o art. 6º, inciso IX, da Lei 8666/93;

b.2) ausência de identificação, e respectiva fundamentação, das atividades a serem desenvolvidas pelo agente integrador que só poderiam ser realizadas a contento com infraestrutura de escritórios locais, presentes em cada unidade da federação, o que estaria em desacordo com o art. 6º, inciso IX, da Lei 8666/93.
(grifo nosso).

Frisa-se que não possuir um escritório num raio de 50 Km do Município de São José das Palmeiras, não influencia na realização do serviço de Agente de Integração. Ademais, quando necessário e solicitado, um funcionário se locomove ao Município para resolver alguns assuntos que por ventura não possa ser tratado de maneira remota.

Há de ser salientado que a Impugnante possui outros contratos firmados com entes da Administração Pública, com o mesmo objeto, que vem sendo realizado de forma online, sem a necessidade de

escritório fixo e de maneira totalmente satisfatória, como por exemplo, o contrato vigente que a empresa tem com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Ou seja, o próprio Tribunal de Contas do Estado, que é responsável pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades públicas do Estado, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade, entende que não é necessário a instalação de escritório em determinada localidade para que o serviço de agente de integração possa ser executado.

Desta feita, é clarividente que a exigência de que a empresa vencedora possua posto de atendimento ou escritório de representação numa distância máxima de 50 km do Município, durante toda a vigência do contrato, restringe a competição, diminui o universo de competidores e **aumenta os custos desnecessariamente**, frustrando assim o objetivo maior da licitação – a obtenção da proposta mais vantajosa.

IV - DO PEDIDO

Em face do exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, para declarar-se nulo o item atacado e determinar-se a republicação do Edital, escoimado do vício apontado, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do art. 21, da Lei nº 8666/93.

Termos em que,
Pede deferimento.

Guarapuava, 20 de junho de 2022.
CEBRADE – Central Brasileira de Estágio LTDA



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)



O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0BE8-73D6-997F-69D9> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0BE8-73D6-997F-69D9



Hash do Documento

5BC713A51BA8EC835C620C78E840966051436C9B0382A87101637E8AB0F03D01

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/06/2022 é(são) :

- ☒ Nelson Da Silva Virmond (Signatário) - 471.504.919-87 em
20/06/2022 17:20 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital



42 3622-4425 | 3035-3624 | 3035-3625

Rua Saldanha Marinho, 1465 - Centro - Guarapuava - PR
cebrade_atendimento@hotmail.com